Mococa

Metalúrgica Mococa S.A.

CNPJ/MF nº 52.502.945/0001-05

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

De conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores Acionistas o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados de Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Registramos os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e a todos que, direta ou indiretamente, nos apoiaram. Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer outros esclarecimentos.

Mococa, 15 de fevereiro de 2019

Balanços Patrimoniais em 31/12/2018 e de 2017 - Em milhares de reais

	Nota explicativa	2018	2017
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	90.631	87.684
Clientes	6	27.810	35.745
Estoques	7	28.913	38.692
Tributos a recuperar		2.143	3.059
Outros créditos		278	109
Despesas antecipadas		361	303
Total do ativo circulante		**150.136**	**165.592**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		196	450
Depósitos judiciais	14	49	27
Tributos diferidos	19	1.554	1.969
Investimentos	8	322	281
Imobilizado	9	63.345	54.830
Intangível	10	16	19
Total do ativo não circulante		**65.482**	**57.576**
Total do ativo		**215.618**	**223.168**

	Nota explicativa	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Financiamentos	11	20	27
Fornecedores	12	3.330	5.146
Obrigações sociais		1.389	1.918
Obrigações tributárias		235	1.146
Dividendos a pagar	13	1.285	4.375
Provisão para férias e encargos		3.422	3.599
Adiantamento de clientes		413	290
Outras obrigações		538	651
Total do passivo circulante		**10.632**	**17.152**
Passivo não circulante			
Financiamentos	11	–	18
Provisão para demandas judiciais	14	1.144	629
Tributos diferidos	22	704	339
Total do passivo não circulante		**1.848**	**986**
Patrimônio líquido			
Capital social		151.538	100.000
Reservas de lucros		51.600	105.030
Total do patrimônio líquido	15	**203.138**	**205.030**
Total do passivo e patrimônio líquido		**215.618**	**223.168**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017 - Em milhares de reais

		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 1º/01/2017	**100.000**	**14.385**	**83.261**	**–**	**197.646**
Distribuição do lucro exercício anterior:					
Dividendo adicional	–	–	(6.664)	–	(6.664)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	18.423	18.423
Destinações do lucro:					
Reserva legal	–	922	–	(922)	–
Dividendo mínimo obrigatório (nota explicativa 12)	–	–	–	(4.375)	(4.375)
Lucro à disposição da AGO	–	–	13.126	(13.126)	–
Saldos em 31/12/2017	**100.000**	**15.307**	**89.723**	**–**	**205.030**
Distribuição do lucro exercício anterior:					
Dividendo adicional	–	–	(6.016)	–	(6.016)
Aumento do capital social	51.538	–	(51.538)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.409	5.409
Destinações do lucro:					
Reserva legal	–	270	–	(270)	–
Dividendo mínimo obrigatório (nota explicativa 12)	–	–	–	(1.285)	(1.285)
Lucro à disposição da AGO	–	–	3.854	(3.854)	–
Saldos em 31/12/2018	**151.538**	**15.577**	**36.023**	**–**	**203.138**

Demonstrações dos Resultados
Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017
Em milhares de reais

	Nota explicativa	2018	2017
Receita líquida de vendas	17	**125.524**	**174.378**
Custo dos produtos e serviços vendidos	18	**(112.207)**	**(144.485)**
Lucro bruto		**13.317**	**29.893**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	19	(5.847)	(7.516)
Despesas gerais e administrativas	20	(8.891)	(9.191)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		343	1.175
		(14.395)	**(15.532)**
(Prejuízo) lucro antes do resultado financeiro		**(1.078)**	**14.361**
Receitas financeiras		9.895	13.364
Despesas financeiras		(423)	(750)
	21	**9.472**	**12.614**
Lucro antes da tributação		**8.394**	**26.975**
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(2.205)	(8.824)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	22	(780)	272
Lucro líquido do exercício		**5.409**	**18.423**
Lucro líquido por ação do capital em R$		**0,06**	**0,21**

Demonstrações de Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017
Em milhares de reais

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	**5.409**	**18.423**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**5.409**	**18.423**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findosem 31/12/2018 e de 2017
Em milhares de reais

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	5.409	18.423
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
(Reversão) provisão para perdas - investimentos	(37)	21
Tributos diferidos	780	(272)
Depreciações e amortizações	5.672	4.966
Residual de baixas do ativo imobilizado	–	33
Provisão para perdas em estoques	(691)	9
Provisão para contingências	515	56
Lucro líquido do exercício ajustado	**11.648**	**23.236**
Variações nos ativos e passivos:		
Redução em clientes	7.935	424
Redução nos estoques	10.470	3.018
Redução (aumento) em tributos a recuperar	1.170	(155)
(Aumento) redução em outros ativos	(249)	60
(Redução) aumento em fornecedores	(1.816)	1.599
(Redução) aumento em obrigações sociais e tributárias	(1.440)	1.722
(Redução) aumento de provisão para férias e encargos	(177)	488
Aumento (redução) em outras obrigações	10	(569)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**27.551**	**29.823**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aumento em investimentos	(5)	(4)
Aquisição do imobilizado e intangível	(14.183)	(15.188)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	**(14.188)**	**(15.192)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Variação dos financiamentos obtidos de terceiros	(25)	(27)
Dividendos pagos	(10.391)	(10.392)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos	**(10.416)**	**(10.419)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**2.947**	**4.212**
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	90.631	87.684
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	87.684	83.472
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**2.947**	**4.212**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2018 e de 2017 - Em milhares de reais

1. Contexto operacional: A Metalúrgica Mococa S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em Mococa - SP. Iniciou suas atividades em 1º de junho de 1954 e tem por objetivo a exploração da indústria, comércio, importação, exportação de artigos metalúrgicos, litográficos, embalagens metálicas e fabricação de máquinas e equipamentos, podendo, a critério da diretoria, participar de outras sociedades como acionista ou quotista. **2. Base de apresentação e políticas contábeis:** As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem o pronunciamento CPC para Pequenas e Médias Empresas - PME, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis às demonstrações financeiras, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, nota 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 21 de janeiro de 2019. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Reais, o Real é a moeda funcional da Sociedade, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente. ***Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:*** Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade. **2.2. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis:** As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade são divulgadas abaixo. A Sociedade prepara suas demonstrações financeiras com base no pronunciamento CPC para Pequenas e Médias Empresas - PME, no entanto, a Sociedade pretende avaliar eventuais impactos significativos em suas demonstrações financeiras dessas normas e interpretações emitidas, e se for o caso aplicá-las, quando elas entrarem em vigor. - Emissão da norma IFRS 16 (CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2019. A Sociedade está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras do registro de suas operações de arrendamento mercantil operacional, porém, não espera impactos significativos com relação ao total dos ativos imobilizados e dívidas existentes. - Emissão da interpretação IFRIC 23 - A interpretação (equivalente ao ICPC 22) refere-se às incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2019. A Sociedade está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras. - Emissão da NBC TG 49 - Contabilização e relatório contábil de planos de benefícios de aposentadoria. Trata da contabilização e do relatório contábil de planos de benefícios de aposentadoria, em convergência à norma IAS 26 e em complemento ao CPC 33 - Benefícios a empregados. A norma técnica contábil fornece orientações específicas para os procedimentos a serem adotados pelos Planos de Contribuição Definida e Planos de Benefícios. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2019. A Sociedade está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras. **3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente. (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Sociedade testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (i*mpairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 4 (j)). (c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 4 (f). (d) Análise do risco de crédito para determinação da perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 4 (e). (e) Análise dos riscos para a determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de demandas administrativas e judiciais (Nota 4 (o)). (f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **4. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma: **a) Apuração do resultado:** *(i) Receitas operacionais:* As receitas com produtos e serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Sociedade. Essas receitas são reconhecidas: (i) quando o valor dos produtos e serviços vendidos é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Sociedade; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos produtos vendidos e serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente. *(ii) Receitas e despesas financeiras:* As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **b) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido, já os tributos diferidos são calculados com base nas alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) Receitas e despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera realizar seus ativos ou liquidar seus passivos. **c) Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros são classificados como (i.1) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação. *(i.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Estes ativos são contabilizados pelo valor justo e os custos da transação são debitados ao resultado. *(i.2) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Sociedade avalia no final de cada exercício se há alguma evidência objetiva de que o ativo financeiro não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. ***(ii) Passivos Financeiros:*** Os passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Em 31/12/2018, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **e) Clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. São inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida por estimativa com base em análise dos créditos em aberto, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa de perdas. **f) Estoques:** São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias-primas, embalagens e outros materiais. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro. **g) Investimentos:** Registrados e mantidos ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para fazer face às eventuais perdas, quando aplicável. **h) Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota explicativa 8. A Sociedade reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Sociedade, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. A Sociedade não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. **i) Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. **j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. A Administração da Sociedade revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida ao resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2018. **k) Financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. **l) Fornecedores:** Inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **m) Imposto de renda e contribuição social:** Calculados com base no lucro real tributável, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido, nos termos da legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as adições e exclusões temporárias e apresentados no ativo e passivo não circulante, conforme sua natureza e expectativa de realização ou liquidação. **n) Demais ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. **o) Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Sociedade possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Sociedade, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano. **p) Segregação entre circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **r) Lucro líquido por ação do capital:** Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data de encerramentos dos exercícios. **s) Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Sociedade incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), plano de previdência privada - contribuição definida, administrada por seguradora (nota explicativa 15). O plano de contribuição definida é um benefício pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência privada de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **t) Pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. **u) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

5. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	2018	2017
Caixa	6	6
Bancos conta movimento	1.200	2.682
Certificado de Depósito Bancário - CDB	89.425	84.996
Total	**90.631**	**87.684**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Sociedade considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações em fundos de investimentos são remuneradas de acordo com a variação de suas respectivas cotas e a operação compromissada é remunerada à taxa média da variação do CDI, e podem ser resgatados de acordo com a necessidade de recursos da Sociedade.

6. Clientes:

Descrição	2018	2017
Duplicatas a receber	27.810	37.087
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	(1.342)
Total	**27.810**	**35.745**

Representado por saldos a receber referentes à venda de produtos e serviços. A Sociedade nas datas de 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não possuía nenhuma transação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente. A composição de contas a receber de clientes por vencimento é o seguinte:

Descrição	2018	2017
Valores a vencer	27.810	35.745
Valores vencidos:		
Até 360 dias	–	–
Acima de 361 dias	–	1.342
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	(1.342)
Total	**27.810**	**35.745**

A movimentação da provisão para riscos de crédito está assim demonstrada:

Descrição	2018	2017
Saldo inicial	(1.342)	(1.342)
Créditos provisionados no exercício	1.342	–
Saldo final	**–**	**(1.342)**

7. Estoques:

Descrição	2018	2017
Produtos acabados	7.942	7.701
Produtos em elaboração	3.833	7.792
Matérias primas	13.474	21.433
Almoxarifado	6.123	5.129
Embalagens	281	68
Provisão para estoque obsoleto ***(i)***	(2.740)	(3.431)
Total	**28.913**	**38.692**

(i) A provisão para perdas foi constituída em decorrência da obsolescência e baixo giro dos produtos ou matérias-primas. A Sociedade possuía em seus depósitos produtos e matéria-prima de propriedade de clientes, para futura industrialização e/ou serviços de litografia. Em 31 de dezembro de 2018 este estoquede terceiros representava R$ 5.213 e em 31 de dezembro de 2017 de R$ 10.990. Estes estoques estão assegurados pelaAllianz Seguros S.A., apólice nºs 5177.2018.18960000041 e 5177.2017.18960000073, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, por valores considerados suficientes pela administração da Sociedade para cobrir eventuais sinistros com estes estoques.

8. Investimentos:

Descrição	2018	2017
Investimentos em outras sociedades	264	264
Empréstimo compulsório - combustível	66	62
(–) Provisão para perdas	(8)	(45)
Total	**322**	**281**

9. Imobilizado:

a. Composição do saldo

Descrição	Taxas de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	2018 Líquido	2017 Líquido
Terrenos	–	1.317	–	1.317	1.317
Edificações	4% a 5%	19.346	(11.982)	7.364	6.460
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	131.941	(94.230)	37.711	37.010
Móveis e utensílios	10% a 20%	2.639	(1.858)	781	634
Veículos	20%	740	(368)	372	407
Ferramentas eaparelhos	10% a 20%	1.710	(1.382)	328	275
Imobilizado emandamento ***(i)***	–	15.423	–	15.423	8.722
Adiantamento para imobilização	–	49	–	49	5
Total		**173.165**	**(109.820)**	**63.345**	**54.830**

(i) Representado pela construção de edificação destinada ao armazenamento e industrialização de produtos, e pela aquisição e modernização de máquinas e equipamentos. As vidas úteis e valor residual, das edificações, máquinas e equipamentos e veículos, foram revisadas seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 - Ativo Imobilizado. Para os demais grupos do ativo imobilizado depreciáveis não houve alteração nos critérios e nos valores da depreciação desses bens, por não terem representação econômica relevante e por terem as suas vidas econômicas já aproximadamente representadas.

b. Movimentação do custo

Descrição	2017	Adições	Baixas		Transferências	2018
Terrenos	1.317	–	–		–	1.317
Edificações	17.936	80	–		1.330	19.346
Máquinas e equipamentos	126.311	1.391	(4)		4.243	131.941
Móveis e utensílios	2.394	273	(28)		–	2.639
Veículos	740	–	–		–	740
Ferramentas e aparelhos	1.590	20	(1)		101	1.710
Imobilizado em andamento	8.722	11.355	–		(4.654)	15.423
Adiantimento para imobilização	5	962	–		(918)	49
Total	**159.015**	**14.081**	**(33)**	*(i)*	**102**	**173.165**

(i) Referente a créditos tributários sobre os bens adquiridos no exercício e transferidos para rubrica específica de tributos a recuperar no ativo circulante e/ou não circulante, classificados de acordo com sua expectativa de realização.

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2017	Adições	Baixas	2018
Edificações	(11.476)	(507)	–	(11.983)
Máquinas e equipamentos	(89.301)	(4.932)	4	(94.229)
Móveis e utensílios	(1.760)	(126)	28	(1.858)
Veículos	(333)	(35)	–	(368)
Ferramentas e aparelhos	(1.315)	(69)	2	(1.382)
Total	**(104.185)**	**(5.669)**	**34**	**(109.820)**

10. Intangível:

a. Composição do saldo

Descrição	Custo	Amortização acumulada	2018 Líquido	2017 Líquido
Marcas e patentes	90	(74)	16	19

b. Movimentação do custo

Descrição	2017	Adições	2018
Marcas e patentes	90	–	90

c. Movimentação da amortização acumulada

Descrição	2017	Adições	2018
Marcas e patentes	(71)	(3)	(74)

11. Financiamentos:

Modalidade	Vencimento final	2018 Circulante	2018 Não circulante	2017 Circulante	2017 Não circulante
Finame	15/8/2019	20	–	27	18

Captação de recurso financeiro para aquisição de equipamentos para atividade industrial. O encargo contratual é de 6% a.a. A garantia é alienação fiduciária dos bens.

12. Fornecedores:

Descrição	2018	2017
Nacionais	**3.330**	**5.146**

A Sociedade avaliou o ajuste a valor presente do saldo de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2018 e de 2017, e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

13. Dividendos a pagar: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado por quaisquer aumentos ou diminuições de reservas, nos termos da Lei da Sociedade por Ações e do Estatuto. Os dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram calculados como segue:

Descrição	2018	2017
Lucro líquido do exercício	5.409	18.423
Destinação para reserva legal	(270)	(922)
Lucro líquido ajustado	5.139	17.501
Alíquota dos dividendos	25%	25%
Total	**1.285**	**4.375**

14. Provisão para demandas judiciais:

Descrição	2018	2017
Demandas trabalhistas ***(i)***	**1.144**	**629**

(i) A Sociedade está discutindo na justiça ações de naturezas indenizatórias e trabalhistas. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável. Dessa forma, a Administração da Sociedade optou em constituir provisão para contingências para fazer face às eventuais perdas futuras para as ações trabalhistas com expectativa de perda provável estimada pelos assessores jurídicos da Sociedade. Ainda, conforme os assessores jurídicos há demandas com expectativa de perda possível, cujo valor atualizado é de R$ 459 em 2018 e R$ 581 em 2017. Há depósitos judiciais dessas demandas no valor de R$ 49 em 31 de dezembro de 2018.

(a) Movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais

	Depósitos judiciais	Provisão para demandas judiciais
Saldos em 1º de janeiro de 2017	**–**	**573**
Diminuição	–	–
Aumento	27	56
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**27**	**629**
Diminuição	–	–
Aumento	22	515
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**49**	**1.144**

15. Patrimônio líquido: a. Capital Social: totalmente integralizado, está composto nos exercícios por 86.593 mil ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **b. Reservas:** constituídas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e intenção dos acionistas. A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva de retenção de lucros acrescida em 2018 e 2017 nos valores de R$ 3.854 e de R$ 13.126, respectivamente, tem a finalidade de capitalização da Sociedade para futuras destinações e de investimentos no parque fabril. **c. Dividendos:** o estatuto da Sociedade prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. **16. Planos de Previdência Privada - contribuição definida:** A Sociedade mantém planos de previdência privada administrados pelo Itaú Vida e Previdência S.A., que oferece o "Programa de Previdência Complementar", no qual são realizadas contribuições efetuadas pelos participantes e pela Sociedade, descritas no contrato de Adesão ao Programa. As contribuições são segregadas em: Contribuição Básica - corresponde a um percentual do salário de contribuição do participante; e Contribuição Voluntária - efetuadas exclusivamente pelos participantes, não havendo contrapartida da Sociedade. As contribuições realizadas pela Sociedade nos exercícios de findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 totalizaram R$ 2.536 e R$ 2.502, respectivamente.

17. Receita líquida de vendas: A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita operacional bruta		
Vendas de produtos e serviços	154.493	221.453
	154.493	**221.453**
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes sobre vendas	(28.587)	(46.330)
Devoluções e abatimentos	(382)	(745)
	(28.969)	**(47.075)**
Total	**125.524**	**174.378**

18. Custos dos produtos vendidos:

Descrição	2018	2017
Matéria-prima	(60.251)	(88.684)
Mão de obra	(17.321)	(19.125)
Gás natural liquefeito e energia elétrica	(5.659)	(9.246)
Manutenção e reparo	(4.367)	(4.778)
Depreciações	(5.627)	(4.922)
Apropriações centros custos auxiliares	(13.699)	(13.878)
Outros custos	(5.283)	(3.852)
Total	**(112.207)**	**(144.485)**

19. Despesas com vendas:

Descrição	2018	2017
Fretes	(3.373)	(5.072)
Pessoal	(1.108)	(1.102)
Seguros	(66)	(60)
Apropriações centros custos auxiliares	(1.207)	(1.056)
Diversos	(93)	(226)
Total	**(5.847)**	**(7.516)**

20. Despesas gerais e administrativas:

Descrição	2018	2017
Pessoal	(6.946)	(6.710)
Serviços terceiros	(100)	(405)
Manutenções	(102)	(117)
Informática	(204)	(199)
Aluguéis	(45)	(43)
Apropriações centros custos auxiliares	(1.057)	(1.058)
Depreciações	(40)	(40)
Diversos	(397)	(619)
Total	**(8.891)**	**(9.191)**

21. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.282	8.745
Descontos obtidos ***(i)***	4.773	5.200
Juros ativos	323	71
(–) Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(483)	(652)
	9.895	13.364
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(361)	(671)
Juros passivos	(62)	(79)
	(423)	(750)
Total	**9.472**	**12.614**

(i) Representado substancialmente pelos descontos financeiros concedidos por fornecedores, em função do volume de compras realizado pela Sociedade em um determinado período.

22. Tributos diferidos:

Descrição	2018	2017
Ativo não circulante		
Imposto de renda sobre:		
Provisão para perdas - estoques	685	858
Provisão para demandas judiciais	286	157
Provisão para devedores insolventes	–	271
Provisão para conta de energia elétrica	50	50
Provisão de férias e encargos da diretoria	121	112
	1.142	**1.448**
Contribuição social sobre:		
Provisão para perdas - estoques	246	309
Provisão para demandas judiciais	103	57
Provisão para devedores insolventes	–	97
Provisão para conta de energia elétrica	18	18
Provisão de férias e encargos da diretoria	44	40
	411	**521**
Total Ativo	**1.553**	**1.969**
Passivo não circulante		
Imposto de renda sobre:		
Diferença de critério de depreciação	518	250
Contribuição social sobre:		
Diferença de critério de depreciação	186	89
Total Passivo	**704**	**339**
Tributos diferidos líquidos *(i)*	**849**	**1.630**

***(i)* Movimentação dos tributos diferidos**

Descrição	2017	Adições	2018
Tributos diferidos - ativo	1.969	(415)	1.554
Tributos diferidos - passivo	(339)	(365)	(704)
Total	**1.630**	**(780)**	**849**

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e são decorrentes de diferenças temporárias ao lucro contábil na apuração do lucro real fiscal. São registrados levando-se em consideração à realização desses tributos e o resultado contábile fiscal. **23. Passivos contingentes:** Os impostos e contribuições apurados e recolhidos pela Sociedade, bem como as respectivas obrigações acessórias, registros fiscais e societários estão sujeitos à análise das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais, conforme legislação aplicável. No exercício de 2017, a Sociedade sofreu autuação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob alegação de ter se creditado indevidamente do ICMS na entrada de mercadorias adquiridas para o processo produtivo, dita autuação está em discussão na esfera administrativa, o valor original do tributo apontado no auto de infração foi de R$ 6.805 mil. O período autuado é de abril de 2012 a setembro de 2013. Os assessores jurídicos, com base no mérito e nas provas, são da opinião de que o desfecho desse processo tributário é de perda possível em valor inferior ao do auto de infração. Dessa forma, a Administração optou em não constituir nenhuma provisão para demandas judiciais, mas apenas colocar essa nota explicativa. Juntamente com a assessoria jurídica a administração da Sociedade não identificou eventos passados que se caracterizassem por uma contingência ou riscos relevantes do qual seja provável ou possível que um recurso econômico seja requerido para provisioná-lo ou liquidá-lo, além dos mencionados nas notas explicativas. **24. Gerenciamento de riscos:** A Sociedade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • risco de liquidez; • risco de mercado; e • risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Sociedade, politicas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Sociedade. Não há histórico de perdas significativas e de riscos excessivos em valores a receber. **Risco de liquidez:** É o risco em que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade. A Sociedade utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Sociedade tem como politica operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional, isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities. **Risco de mercado:** É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Sociedade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. *Risco de moeda:* A Sociedade está sujeita ao risco de moeda (dólar norte-americano) em parte pouca significativa, apenas quando, da importação de bens do ativo imobilizado. *Risco de taxa de juros:* A Sociedade busca obter as taxas de juros de suas operações de aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancários - CDI, criando um hedge natural para as obrigações. **Risco operacional:** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento. **Gestão de capital:** A política da Sociedade é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos seus credores e do mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio. **25. Cobertura de seguros:** A Administração da Sociedade mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Conselho de Administração

• Marcos Ribeiro Barretto Júnior • Francisco Marcondes Barretto • Luiz Armando Barretto Ribeiro • José de Castro Rodrigues Netto • Regina Barretto Dias

Diretoria

• Valdir Ferracin Pasotto • Antonio Pintor Aguilar • Carlos Alberto Montanini

Contador - CRC-SP nº 1SP119737/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Metalúrgica Mococa S.A.** Mococa - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Metalúrgica Mococa S.A.** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Metalúrgica Mococa S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Inclusive as eventuais sugestões de melhorias dos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto SP, 21 de janeiro de 2019. **BLB Auditores Independentes -** CRC 2SP023165/O-2; **Rodrigo Garcia Giroldo -** CRC 1SP222658/O-9.